



TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

DESTAQUES (R\$ MM)	4T24		4T23		Δ %	
	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta	12	168	(93%)	243	670	(64%)
EBITDA	(8)	136	N/A	164	588	(72%)
Resultado Financeiro	5	(9)	N/A	12	(37)	N/A
(Prejuízo) Lucro Líquido	(5)	102	N/A	123	432	(72%)

Destques Financeiros e Operacionais:

- Margem Bruta de R\$ 12 milhões no 4T24 (-93% vs. 4T23) e de R\$ 243 milhões em 2024 (-64% vs. 2023), devido ao término dos PPAs com Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco e do contrato de compra de gás, ficando descontratada no período entre 15/05/24 até 01/10/24, quando do início do contrato de capacidade.
- EBITDA de -R\$ 8 milhões no 4T24 (-R\$ 144 milhões vs. 4T23) e R\$ 164 milhões em 2024 (-R\$ 424 milhões vs. 2023).
- No 4T24, sob o novo contrato de capacidade, o despacho foi de 2%, com geração de 9 GWh. Em 2024, a geração foi de 87 GWh (-7% vs. 2023), uma vez que a planta ficou descontratada de maio a outubro de 2024.
- Antecipação do início do contrato de disponibilidade, de junho de 2026 para 1º de outubro de 2024, adicionando 21 meses.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados, É com satisfação que anunciamos os resultados de 2024, mais um ano desafiador, no qual a adaptação às mudanças foi fundamental para excelentes resultados. Importante ressaltar que no ano de 2024 conseguimos como fato mais relevante a antecipação do período de suprimento do Contrato de Reserva de Capacidade – CRCAP para outubro de 2024. Destaca-se que a usina esteve em operação de maio 2004 a maio 2024, nos termos do prazo estabelecido no Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), do MME. Após encerramento do contrato original, a Agência Nacional de Energia aprovou a operação antecipada da Termopernambuco para início no mês de outubro 2024, inicialmente contratada para iniciar o suprimento apenas em julho de 2026 através do Contrato de Reserva de Capacidade. A antecipação de início de contrato de reserva de capacidade foi feita pelo Ministério de Minas de Energia, com a finalidade de garantir segurança energética no período histórico de seca e redução do nível de reservatórios.

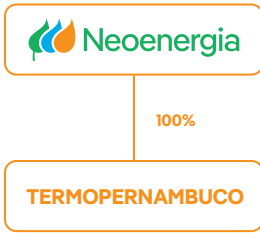
O EBITDA de Termopernambuco no ano foi reduzido em 72% em relação a 2023, ano atípico em virtude dos efeitos da condição de planta parada por finalização dos contratos do programa prioritário térmico, enquanto no lucro líquido alcançamos R\$ 123 milhões, 72% inferior ao verificado no ano anterior pelo mesmo motivo. Com a antecipação do CRCAP, a planta voltou a estar disponível para o Sistema Interligado Nacional a partir de outubro de 2024, sendo despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em quatro oportunidades, as quais foram atendidas com pleno êxito, confirmando a eficácia das ações prévias implantadas para este fim. Entre estas ações estão a migração do sistema de controle – DCS e a implantação do Sistema GTControlflex que aumentou a flexibilidade da planta com os pacotes Power Plus (aumento de potência), Fast Start (redução dos tempos de partida e parada) e Mínimo Técnico (redução da potência mínima das turbinas a gás, mantendo baixas emissões e aumentando a faixa operacional de despacho), fundamentais para o alcance dos requisitos do CRCAP, tornando a companhia uma usina com uma tecnologia mais avançada e adaptada às diferentes situações de operação.

Em 2024 a Termopernambuco alcançou 95,16% de disponibilidade acumulada, em linha com a melhoria contínua dos resultados dos últimos anos. Além disso, é importante frisar que no ano 2024 a Termopernambuco manteve suas certificações nas normas ISO 9001, 14001 e 45001 (gestão dos sistemas de qualidade, meio ambiente e segurança, respectivamente), bem como na Norma ISO 37.001 – Sistema de Gestão Antissuborno. Todas as conquistas apresentadas são um resumo dos resultados extraordinários da Termopernambuco, frutos do enorme empenho, dedicação, comprometimento e trabalho realizado nos últimos anos de todo o time e a visão da necessidade de adaptar a UTE para as atuais e futuras demandas do sistema elétrico brasileiro, entregando a confiabilidade e flexibilidade operativa necessárias para atendimento ao Sistema Elétrico Interligado – SIN e ONS. Com investimentos, muito esforço e planejamento de um time engajado nos resultados da empresa, demonstramos, mais uma vez, o compromisso de criação de valor para nossos acionistas. Celebramos o final de um ano de conquistas.

David Banavent del Prado
Diretor-Presidente da Termopernambuco

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Termopernambuco S.A. é uma companhia de capital aberto, oriunda de responsabilidade definida no edital de privatização da Neoenergia Pernambuco, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2000. A usina termelétrica e a correspondente linha de transmissão estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco e utiliza como combustível o gás natural. A Neoenergia possui 100% da participação acionária de Termopernambuco, conforme estrutura societária abaixo.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais. No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%. No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano. No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (+21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020. Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%. O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Antecipação do Contrato de Capacidade da Termopernambuco
Em 25/09/24, a Termopernambuco celebrou com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) um termo aditivo ao Contrato de Reserva de Capacidade (CRCAP) para antecipar o início de suprimento do referido contrato de 01/07/26 para 01/10/24 condicionada a data de retorno à operação comercial da usina, o que ocorreu em 03/10/24. Este contrato é oriundo do êxito da Termopernambuco no 1º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de potência, realizado em 21/12/21. Ressalta-se que a antecipação do período de suprimento não implicou em alteração das condições ofertadas no certame.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Termopernambuco trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por dois grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a duas caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e sua posterior devolução por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas tem capacidade instalada de 550 MW médios, conforme despacho no 3.613/2023. A Termopernambuco faz parte do Programa Prioritário de Térmicas (PPT), com receita garantida pelos contratos de compra de energia (PPAs) firmados com a Neoenergia Coelba (65 MW) e a Neoenergia Pernambuco (390 MW), válidos até 14 de maio de 2024. A Companhia sagrou-se vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade em dezembro de 2021, onde foi vendida toda sua capacidade disponível, ao preço da potência R\$ 487.412,70 MW/ano, com início de fornecimento em 1º de julho de 2026, com vigência de 15 anos (até 30 de junho de 2041), assegurando desta forma a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano, na data base de jul/2021. O início do contrato foi antecipado em 21 meses, para 1º de outubro de 2024. No 4T24, sob o novo Contrato de Capacidade, o despacho foi de 2%, com geração de 9 GWh (vs. 94 GWh no 4T23). Em 2024, a geração foi de 87 GWh (-7% vs. 2023), uma vez que a planta ficou descontratada de maio a outubro de 2024. Vale destacar que até 14/05/2024, o resultado da Companhia estava preservado pelos seus antigos contratos de venda e estrutura de custos.

Tipo de Usina	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	
						Autorização	Vencimento
Termelétrica - UTE	100,00%	PE	Suspe - Ipojuca	550,0	504,1	18/12/2000	18/12/2030

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T24		4T23		Variação			
	4T24	4T23	R\$	%	2024	2023	R\$	%
Receita Líquida	61	420	(359)	(85%)	668	1.647	(979)	(59%)
Custos com Energia	(49)	(252)	203	(81%)	(425)	(977)	552	(56%)
MARGEM BRUTA	12	168	(156)	(93%)	243	670	(427)	(64%)
Despesas Operacionais	(20)	(32)	12	(38%)	(78)	(91)	13	(14%)
Eq. Patrimonial	-	-	-	-	-	(8)	(8)	(100%)
EBITDA	(8)	136	(144)	N/A	164	588	(424)	(72%)
Depreciação	(8)	(17)	9	(53%)	(47)	(61)	14	(23%)
Amort. Ágio	-	-	-	-	(5)	5	(100%)	
Resultado Financeiro	5	(9)	14	N/A	12	(37)	49	N/A
IR/CS	6	(8)	14	N/A	(7)	(52)	45	(87%)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO	(5)	102	(107)	N/A	123	432	(309)	(72%)

A Termopernambuco apresentou margem bruta de R\$ 12 milhões no 4T24 (-93% vs. 4T23), impactada pelo término dos contratos de venda de energia com Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco e início do contrato de reserva de capacidade, em outubro de 2024. No ano, a margem bruta atingiu R\$ 243 milhões (-64% vs. 2023), refletindo também o período em que a planta ficou descontratada (15/05/24 a 01/10/24). As despesas operacionais atingiram R\$ 20 milhões no 4T24 (-38% vs. 4T23) e R\$ 78 milhões em 2024 (-14% vs. 2023). O EBITDA foi de -R\$ 8 milhões no 4T24 (-R\$ 144 milhões vs. 4T23) e R\$ 164 milhões em 2024 (-R\$ 424 milhões vs. 2023), em razão da alteração de seus contratos de venda de energia com Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco, vigentes até 14/05/24, para o contrato de reserva de capacidade, vigente a partir de 01/10/24. A Companhia apresentou prejuízo de -R\$ 5 milhões no 4T24 (vs. 102 milhões no 4T23) e lucro de +R\$ 123 milhões em 2024 (vs. +R\$ 432 milhões em 2023).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$MM)	4T24		4T23		Variação			
	4T24	4T23	R\$	%	2024	2023	R\$	%
(Prejuízo) Lucro líquido do período (A)	(5)	102	(107)	N/A	123	432	(309)	(72%)
Despesas financeiras (B)	(2)	(19)	17	(89%)	(26)	(85)	59	(69%)
Receitas financeiras (C)	7	15	(8)	(53%)	39	63	(24)	(38%)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(0)	(4)	4	(100%)	0	(14)	14	(100%)
Depreciação e Amortização (E)	6	(8)	14	N/A	(7)	(52)	45	(87%)
Amort. Ágio (G)	(8)	(17)	9	(53%)	(47)	(61)	14	(23%)
EBITDA = A - (B+C+D+E+F+G)	(8)	136	(144)	N/A	164	588	(424)	(72%)

7. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro Líquido (R\$MM)	4T24		4T23		Variação			
	4T24	4T23	R\$	%	2024	2023	R\$	%
Renda de aplicações financeiras	5,0	13,5	(8,5)	(63%)	33,0	56,9	(23,9)	(42%)

Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida - (20,0) 20,0 (100%) (17,3) (86,0) 68,7 (80%)

Outros resultados financeiros não relacionados a dívida (0,2) (2,2) 2,0 (91%) (3,6) (7,5) 3,9 (52%)

Variações monetárias e cambiais outros (0,0) (0,0) - - 0,1 (0,1) 0,2 N/A

Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais (0,0) 1,4 (1,4) N/A (0,0) 1,4 (1,4) N/A

Outras receitas (despesas) financeiras líquidas (0,1) (3,6) 3,5 (97%) (3,6) (8,8) 5,2 (59%)

Total 4,9 (8,7) 13,6 N/A 12,1 (36,5) 48,6 N/A

A Companhia registrou resultado financeiro de +R\$ 4,9 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 8,7 milhões no 4T23) e de +R\$ 12,1 milhões em 2024 (vs. -R\$ 36,5 milhões em 2023). O resultado positivo é explicado pela liquidação da 8ª emissão de debêntures da Companhia em abril/24, que correspondia à totalidade do seu endividamento.

8. INVESTIMENTOS

A Termopernambuco realizou investimentos no montante de R\$ 4,8 milhões, R\$ 34,6 milhões abaixo do realizado em 2023, explicado principalmente pelo plano de manutenção e melhoria da planta realizado no 4T23.

9. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros.

10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Termopernambuco possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia ainda poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Neoenergia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
1) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 10.840 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 22 de março de 2024 e pagos em 21 de novembro de 2024;
2) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 11.071 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25 de junho de 2024 e pagos em 21 de novembro de 2024;
3) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 23.803 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2024 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a ética nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Termopernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Termopernambuco. O Sistema de Governança e Sustentabilidade configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíam antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilações Juntas: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGTB+ no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Elettricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- Herenergy: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Elettricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.
- Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

- Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
- Ensinando Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- Operação quilô: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- Clínica da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

II. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

II.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024	2025	2030
Emissões	Emissões de gCO ₂ /kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados nas frota Neoenergia	14%	13%	50%
Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
Capacidade instalada de água				



distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel. Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, startups e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com startups; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godol Multitink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

11.3. Educação e Cultura. Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques edícios Lagos, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parcouira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações realizadas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Nas esferas cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.

- 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024.

- Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte, a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a formação de trabalhadores da companhia por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Sirlibaço, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade

de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.

- Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

11.4. Instituto Neoenergia
O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a formação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional. Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto "NAP" de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo. Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (*Western Hemisphere Shorebird Reserve Network*), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

1.5. Pesquisa e Desenvolvimento
Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e aos clientes. Em 2024, foram investidos R\$ 9,1 milhões no Programa de PDI da Neoenergia. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

(i) **Trilha Verde em Fernando de Noronha**, que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e administrativos. Em 2024, foi entregue o primeiro buggy 100% elétrico desenvolvido no âmbito do projeto. Além disso, o projeto conquistou o principal troféu do Prêmio O Setor Elétrico e o 1º lugar na categoria Energia Renovável em 2024, na 46ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico.

(ii) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para aplicação em abastecimento veicular.

(iii) **Tokenização de Ativos Ambientais do Setor Elétrico e a Comercialização de Certificados de Energia Elétrica Renovável**, que envolvem a criação de uma plataforma Blockchain para a comercialização de ativos ambientais tokenizados. O projeto abrange contratos inteligentes para a operacionalização do mercado, cadastro, dashboards, interfaces com a infraestrutura I-REC services, além de carteiras virtuais para compra e venda de tokens e acompanhamento do mercado.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 160.763,75 referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais). A política de atuação da Companhia quando à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	122.827	432.030
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	46.692	61.426
Baixa de ativos não circulantes	30	9.460
Equivalência patrimonial	-	(2.820)
Tributos sobre o lucro	6.675	52.387
Resultado financeiro, líquido	(12.088)	36.526
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	273.934	(16.522)
Fornecedores e contas pagas de empreiteiros	(129.213)	10.994
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	857	657
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(63.246)	(10.048)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	48	(1.508)
Outros ativos e passivos, líquidos	1.569	(2.234)
Caixa gerado nas operações	248.085	570.348
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	4.928
Encargos de dívidas pagas	(30.909)	(73.005)
Instrumentos derivativos (pagos) recebidos, líquidos	338	(6.161)
Rendimento de aplicação financeira	32.963	56.948
Pagamento de juros – Arrendamentos	(1.244)	(1.933)
Tributos sobre o lucro pagos	(18.599)	(70.144)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	230.634	480.981
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.925)	(34.684)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(4.925)	(34.684)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(500.000)	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(4.206)	(4.074)
Remuneração paga aos acionistas	(43.751)	(305.741)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(547.957)	(309.815)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(322.248)	136.482
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	487.312	350.830
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	165.064	487.312
Transações que não envolvem caixa:		
Cisão Itapevi x Termopernambuco	-	556.715
Capitalização de instrumento financeiro (NDF) (nota 12.2.b)	1	4.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com), e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Termopernambuco apresenta os resultados do 4T24 e de 2024 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os pacotes internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

	Ano atual	Ano anterior		
Memória de Cálculo (R\$ mil)	4T24	2024	4T23	2023
(+) Receita líquida	60.554	667.774	420.261	1.647.378
= RECEITA Operacional Líquida	60.554	667.774	420.261	1.647.378
(+) Custos com energia elétrica	(13.593)	(222.857)	(127.411)	(507.568)
(+) Combustível para produção de energia	(35.453)	(202.406)	(124.528)	(469.693)
= Custo com Energia	(49.046)	(425.263)	(251.939)	(977.261)
= MARGEM BRUTA	11.508	242.511	168.322	670.117
(+) Custos de operação	(55.984)	(296.296)	(163.157)	(585.284)
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(7.367)	(31.207)	(10.486)	(36.403)
(-) Combustível para produção de energia	35.453	202.406	124.528	469.693
(-) Depreciação	7.943	46.692	16.869	61.426
= Despesa Operacional (PMSO)	(19.955)	(78.405)	(32.246)	(90.568)
(+) Equivalência Patrimonial	-	-	-	8.012
EBITDA	(8.447)	164.106	136.076	587.561
(+) Depreciação e amortização	(7.943)	(46.692)	(16.869)	(61.426)
(+) Amortização do ágio	-	-	-	(5.192)
(+) Resultado Financeiro	4.891	12.088	(8.691)	(36.526)
(+) IR/CS	6.447	(6.675)	(8.084)	(52.387)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO	(5.052)	122.827	102.432	432.030

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Termopernambuco S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Termopernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Termopernambuco.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Termopernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (r.neoenergia.com.br).

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	165.064	487.312
Contas a receber de clientes e outros	9	21.093	295.027
Instrumentos financeiros derivativos	12.2	366	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	29.216	9.661
Outros tributos a recuperar	7.2.1	5.238	994
Despesas pagas antecipadamente	14.310	19.015	-
Outros ativos circulantes	8.389	5.552	-
Total do circulante		243.676	817.561
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	5.599	5.218
Outros tributos a recuperar	7.2.1	113.637	83.731
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	517	731
Depósitos judiciais	13	97	91
Direito de uso	10	5.854	10.167
Imobilizado		909.055	948.798
Intangível		2.763	2.815
Total do não circulante		1.037.522	1.051.551
Total do ativo		1.281.198	1.869.112
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	19.371	148.854
Empréstimos e financiamentos	12.1	-	513.660
Passivo de arrendamento		5.337	5.098
Instrumentos financeiros derivativos	12.2	-	47
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		4.586	3.729
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.2	10.300	34.564
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.2	20.233	25.127
Outros passivos circulantes		5.037	5.526
Total do circulante		64.864	736.605
Não circulante			
Passivo de arrendamento		5.904	11.127
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.2	33.644	21.177
Provisões	13	135	65
Outros passivos não circulantes		1.139	2.279
Total do não circulante		40.442	34.648
Patrimônio líquido	14		
Atribuído aos acionistas da Companhia		1.175.692	1.097.859
Total do patrimônio líquido		1.175.692	1.097.859
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.281.198	1.869.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	845.007	2.046.789
Receita de construção de ativos próprios	3.667	27.607
Outras receitas	27	-
Subtotal	848.701	2.074.396
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(176.247)	(458.323)
Encargos de taxa de uso da rede básica de transmissão	(52.922)	(51.673)
Estruturas-primas consumidas	(202.406)	(469.693)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(6.361)	(94.565)
Subtotal	(487.936)	(1.074.254)
Valor adicionado bruto	360.765	1.000.142
Depreciação e amortização	(46.692)	(61.426)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	314.073	938.716
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	40.848	66.412
Equivalência patrimonial	-	2.820
Subtotal	40.848	69.232
Valor adicionado total a distribuir	354.921	1.007.948
Distribuição do valor adicionado		
Passos		
Remunerações	15.999	14.438
FGTS e outros encargos sociais (exceto INSS)	1.070	966
Benefícios	3.892	3.332
Subtotal	20.961	18.736
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	45.958	140.232
Estaduais	137.100	315.325
Municipais	206	292
Subtotal	183.264	455.849
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais de passivos	26.880	99.866
Aluguéis	789	1.467
Subtotal	27.669	101.333
Dividendos de capitais próprios		
Remuneração de juros sobre capital próprio	64.822	206.388
Lucros retidos	58.005	225.442
Subtotal	122.827	432.030
Valor adicionado distribuído	<	



adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 12). **(e) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), e na liquidez. **(d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **(f) Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores futuros de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **(i) Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue a disposição da sua Política de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O Moody's S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional

	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	AAA	AAA	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
Morgan Stanley	-	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-

1.1.2 Gestão de riscos operacionais: (a) Riscos regulatórios: Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de sua Política de Regulação, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. **(b) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	506.593
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	36.000
Responsabilidade Civil Geral – Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Veículos – Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	1.814.429
Responsabilidade Civil – Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	-
Veículos – Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis nacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10	Imobilizado
12.3	Instrumentos financeiros derivativos
13.1	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecido como receita de venda – e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/CPC 9 (R): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornará-as sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras, e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando nas discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia ⁽¹⁾	756.351	2.029.171
Disponibilidade do sistema de geração ⁽²⁾	58.180	-
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	29.136	16.262
Outras receitas	1.340	1.356
Receita operacional bruta	845.007	2.046.789
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(177.233)	(399.411)
Receita operacional, líquida	667.774	1.647.378

(1) Contrato de PPA com a Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco encerrado em 14 de maio de 2024; (2) Receita fixa, devido a antecipação do CRCAP.

3.1. Deduções de receita bruta

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(137.100)	(315.325)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(31.224)	(65.562)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(30)	(31)
(168.354)	(380.918)	

Encargos setoriais

Outros encargos ⁽¹⁾	(8.879)	(18.493)
(8.879)	(18.493)	
(177.233)	(399.411)	

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e taxa de fiscalização serviço energia elétrica (TFSEE).

3.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como substituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Em 2024, a Companhia vendeu sua energia produzida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A Companhia possui receita fixa proveniente do contrato de reserva de capacidade que destina-se exclusivamente ao atendimento à necessidade de potência requerida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Desta forma, a Termopernambuco tem o compromisso de atender a totalidade dos despacho estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) no dia programado. A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, perda interna com base no histórico e perda de rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL ⁽¹⁾	(175.414)	(421.604)
Energia curto prazo - PLD ⁽²⁾	(428)	(36.327)
Outros	(405)	(392)
(176.247)	(458.323)	
Créditos PIS e COFINS	3.309	2.150
(172.938)	(456.173)	

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(52.922)	(51.673)
(52.922)	(51.673)	
3.003	978	
(49.919)	(51.395)	
(222.857)	(507.569)	

(1) Refere-se ao contrato de compra de energia junto a Petrobras, encerrado em 15 de maio de 2024; (2) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Custos de operação		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(46.183)	(46.692)
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾	(202.406)	(202.406)
Provisão pra processos judiciais	-	(48)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽²⁾	(14.515)	(3.335)
(296.296)	(31.207)	(327.503)

Pessoal e benefícios a empregados (3.474) (21.012) (24.486)
 Serviços de terceiros (nota 5.1) (29.718) (6.302) (36.020)
 Depreciação e amortização (46.183) (509) (46.692)
 Combustível para produção de energia⁽¹⁾ (202.406) - (202.406)
 Provisão pra processos judiciais - (48) (48)
 Outras receitas e despesas, líquidas⁽²⁾ (14.515) (3.335) (17,83)
Total (296.296) (31.207) (327.503)

	2023	2023
Custos de operação		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(39.191)	(50.862)
Depreciação e amortização (61.320) (106) (61.426)		
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾ (469.693) - (469.693)		
Provisão pra processos judiciais - (847) (847)		
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽²⁾ (14.439) (2.630) (17.069)		
Total (685.284) (36.403) (621.687)		

Pessoal e benefícios a empregados (641) (21.149) (21.790)
 Serviços de terceiros (nota 5.1) (39.191) (11.671) (50.862)
 Depreciação e amortização (61.320) (106) (61,426)
 Combustível para produção de energia⁽¹⁾ (469,693) - (469,693)
 Provisão pra processos judiciais - (847) (847)
 Outras receitas e despesas, líquidas⁽²⁾ (14,439) (2,630) (17,069)
Total (685,284) (36,403) (621,687)

(1) Contrato de GSA (*Gas Sales Agreement*) com a Petrobras, que foi encerrado em 30 de abril de 2024, e contrato de compra de gás com a Eneva, iniciado em 01 de outubro de 2024; (2) Composto principalmente por prêmio de seguros, materiais diversos e alugueis.

5.1. Serviços de terceiros

	2024	2023
Serviços técnicos e manutenções	(22.566)	(29.376)
Serviços gerais - Pessoa Jurídica	(7.090)	(10.019)
Uso da marca	(2.096)	(6.035)
Serviços jurídicos	(718)	(633)
Transporte de pessoal	(1.592)	(1.846)
Vigilância	(605)	(584)
Serviço gestão de energia	-	(900)
Crédito PIS e COFINS	69	-
Outros serviços	(1.422)	(1.469)
Total (36.020) (50.862)		

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	32.963	56.948
Tributos sobre receita financeira	(1.880)	(3.072)
Outras receitas financeiras ⁽¹⁾	7.472	9.118
38.555	62.994	

Despesas Financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(17.249)	(71.877)
Fee de garantia ⁽³⁾	(2.327)	(5.463)
Taxas	(3.913)	(3.770)
Tributos	(919)	(786)
Outras despesas financeiras	(2.063)	(3.430)
(26.471)	(85.326)	

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(69)	(14.192)
Perdas com variações cambiais e monetárias	-	(2)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	4	(14,194)
12.088	(36.526)	

(1) Inclui atualização, pela Selic, do saldo de reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS; (2) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (CDI) e amortização de custos de captação. A dívida foi totalmente amortizada em abril de 2024; (3) Refere-se à amortização da cobrança de fee, pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	129.502	484.417
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(44.031)	(164.702)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	15.543	23.252
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	18.953	84.945
Resultado de participações societárias	-	2.723
Outras adições (reversões)	2.860	1.395
Tributos sobre o lucro	(6.675)	(52.387)
Alíquota efetiva	5,15%	10,81%
Corrente	(6.832)	(53.334)
Diferido	157	947

(1) Refere-se principalmente ao incentivo fiscal SUDENE, no valor de R\$ 18.877 (R\$ 84.880 em 31 de dezembro de 2023).

7.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	1.592	1.592
Mais-valia e provisão para manutenção do patrimônio líquido (PMIPL)		
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	292	268
Arrendamentos capitalizados	1.832	2.060
Depreciação acelerada	(7.554)	(9,065)
Valor justo de instrumentos financeiros	(124)	247
Outros ⁽¹⁾	4.479	5.260
Total	517	731

(1) Valores de outros, referem-se a: Provisão de fornecedores R\$ 3.532 (R\$ 4.357 em 31 de dezembro de 2023) e Provisão de PLR R\$ 947 (R\$ 723 em 31 de dezembro de 2023).

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023		
Efeitos reconhecidos no resultado	-	157
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(371)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	517	517



pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis. Em 01 de junho de 2024, a Companhia alterou a aplicação do método de depreciação das turbinas, rotores e peças térmicas (grandes componentes) do método linear para o método de unidades produzidas, denominado hora-fogo para o caso específico. Os equipamentos na referida data-base somados representam o ativo líquido de R\$ 456.115, aproximadamente 69% dos itens classificados na classe "Centrais de ciclos combinados", e possuem seu desgaste físico e operacional vinculados intrinsecamente à combustão de gás e respectiva conversão deste fluxo de gás em energia elétrica. A mudança do método de depreciação se fez necessário dado o novo cenário econômico e operacional da Companhia, onde as turbinas serão menos demandadas e a projeção de seu acionamento operacional não será linear. Sendo assim, é mais fidedigno que a depreciação seja calculada com base nas horas efetivamente operadas, refletindo de forma mais precisa o valor contábil dos equipamentos ao longo do tempo. A projeção de hora fogo reflete a perspectiva de acionamento da usina no longo prazo para atendimento do novo Contrato de Reserva de Capacidade (CRCAP), conforme informações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, vincula do Ministério de Minas e Energia, e validada pela Administração da Companhia. Por consequência desta alteração, a Administração espera que o método de depreciação por hora-fogo, em comparação ao método linear anteriormente aplicado, gerará uma redução prospectiva no gasto de depreciação total de aproximadamente R\$ 33.280 por ano para os exercícios de 2025 a 2027.

II. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Energia elétrica	58	44.860
Energias de uso da rede	4.832	4.298
Materiais e serviços	14.481	99.696
Total	19.371	148.854

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

12.1. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia eram compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em real brasileiro ("R\$"). A dívida da Companhia foi totalmente amortizada em abril de 2024.

	2024	2023
Mercado de capitais (debêntures)	-	513.660
Empréstimos e financiamentos	-	513.660

(I) No balanço patrimonial, a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados às dívidas.

a) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	513.660	514.788

Efeito no fluxo de caixa:

Amortizações de principal	(500.000)	-
Pagamento de encargos de dívida	(30.909)	(73.005)

Efeito não caixa:

Encargos incorridos	17.249	71.877
Saldo final do exercício	-	513.660

b) Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. **12.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo *e/ou* opções, com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 16.7. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2024	2023
Contratos para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - Produtos e serviços	366	(47)
Exposição líquida	366	(47)
Ativo circulante	366	-
Passivo circulante	-	(47)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de outras operações	366	(47)
	366	(47)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2024	2023
Saldo inicial		
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(47)	(47)
Ganho (perda) reconhecido no Capex	(1)	(1)
Liquidação financeira (entradas) saídas	(338)	(338)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	1.091	1.091
Saldo final	366	366

c) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/ intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

d) Estimativas e julgamentos críticos: O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 16.3 e 16.8, respectivamente.

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

13.1. Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	65	-	65
Adições e reversões, líquido	48	-	48
Atualização monetárias	22	-	22
Saldos em 31 de dezembro de 2024	135	-	135

Saldos em 31 de dezembro de 2022

Adições e reversões, líquido	58	2.942	3.000
Atualização monetárias	-	(1.508)	(1.508)
	7	(1.434)	(1.427)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	65	-	65

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes, que correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos trabalhistas (I)	98	196
Processos fiscais (II)	154.523	144.996
	154.621	145.192

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (I) Processos trabalhistas - Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC, após o ajustamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após ajustamento das ações trabalhistas. (II) Processos fiscais: - Referem-se a suposta não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 66.805 (R\$ 62.534 em 31 de dezembro de 2023), e outras discussões envolvendo tributos diversos, tais como, ICMS, PIS e COFINS no montante de R\$ 87.718 (R\$ 82.462 em 31 de dezembro de 2023). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas nos montantes de R\$ 97 e R\$ 91, respectivamente. **13.2. Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela final da provisão é reconhecido no resultado operacional, e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamento críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito é de R\$ 466.139, dos quais estão integralizados R\$ 433.894, correspondendo a 433.894.000 ações escrituradas.

	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	433.894	100%	433.894
Total de ações em circulação	433.894	100%	433.894

14.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	122.827	432.030
Média ponderada de número ações em circulação ^(I)	433.894	451.507
Lucro básico e diluído por ação	0,28	0,96

(I) Em 28 de fevereiro de 2023 houve redução de capital social, mediante cisão da investida Itapebi Geração de Energia S.A.

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	122.827	432.030
Reserva legal	-	(3.906)
Reserva de incentivo fiscal	(18.877)	(64.820)
Lucro líquido ajustado	103.950	363.244
Destinação para outras reservas de lucros	(39.128)	(134.856)
Lucro líquido a distribuir	64.822	206.388
Remuneração		
Mínima obrigatória	30.707	107.031
Remuneração adicional	34.115	99.357
	64.822	206.388

Natureza da remuneração

Dividendos	19.108	138.000
JCP ^(I)	45.714	68.388
	64.822	206.388

Remuneração total por ação

	0,15	0,48
--	------	------

(I) Para fins de mínimo obrigatório, é considerado o valor líquido do IRRF. Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
RCA de 22 de março de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	10.840	0,0249831
RCA de 25 de junho de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	11.071	0,0255154
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	23.803	0,0548890
Total		45.714	
2023			
AGOE de 20 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	109.429	0,2522022
RCA de 16 de junho de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	38.827	0,0894850
RCA de 24 de julho de 2023	Dividendos intermediários 2023	138.000	0,3180500
RCA de 13 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	29.561	0,0681295
Total		315.817	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	25.127	134.738

Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Dividendos declarados	-	138.000
Juros sobre capital próprio declarados	45.714	68.388
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(6.857)	(10.258)
Dividendos pagos no exercício	-	(247.429)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(43.751)	(58.312)
Saldo final do exercício	20.233	25.127

14.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa. **14.4. Reservas de lucros: 14.4.1. Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social subscrito. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2024, pois foi atingido o limite legal da reserva. **14.4.2. Incentivo fiscal imposto de renda - SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 18.877 (R\$ 84.880 em 31 de dezembro de 2023) de incentivo fiscal SUDENE. **14.4.3. Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **14.4.4. Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar a parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. **14.5. Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iv) compartilhamento de mão de obra; (v) dividendos e JCP a pagar.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2024		2023	
	Subsidiárias da Neoenergia Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia Acionista	Total
Ativo				
Contas a receber e outros	100	100	279.754	279.754
Outros ativos (b)/(c)	-	5.017	8.101	8.101
	100	5.017	279.754	8.101
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (d)	122	2.208	2.330	211
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	20.233	20.233	25.127
Outros passivos	275	275	204	204
	397	22.441	22.838	415

15.2. Transações com partes relacionadas

	2024		2023	
	Subsidiárias da Neoenergia Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia Acionista	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional (a)	757.691	757.691	2.026.463	2.026.463
Custos dos serviços (c)	(1.136)	(6.882)	(1.677)	(7.815)
Despesas gerais e administrativas (d)	(2.217)	(2.208)	(4.425)	(6.035)
Resultado financeiro líquido (b)	-	(2.327)	(2.327)	(5.463)
	754.338	(11.417)	2.022.458	(19.313)

15.3 Principais Transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 15.1 e 15.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Pernambuco	Contrato bilateral de fornecimento de energia ^(I)	IGPM	1 ano	2024	- 756.351
b)	Neoenergia S.A.	Fee de avaliação	-	1 ano	2025	419 (2.327)
c)	Iberdrola Generación	Serviço de O&M, em moeda estrangeira	IGPM	anos	2026	4.598 (6.882)
d)	Iberdrola	Royalties uso de marca	0,9% ROL ajustada	9 anos	2031	(2.208) (2.208)
e)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	-	N/A	2025	(20.233) -

(I) Os contratos foram encerrados em 14 de maio de 2024.

15.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	131.311	-	33.753	223.280	-	264.032
Contas a receber de clientes e outros	21.093	-	-	295.027	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	366	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	511	-	-	1.940	-	-
	152.915 </					



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Termopernambuco S.A., **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva, principalmente, do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados, a consideração como um risco significativo de auditoria e à relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente

descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base

nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

